

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E
RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

**CASA DA CRIANÇA PARALÍTICA DE
CAMPINAS**

31 DE DEZEMBRO DE 2025

CASA DA CRIANÇA PARALÍTICA DE CAMPINAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 – Demonstrações dos resultados abrangentes

Quadro 4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores da
CASA DA CRIANÇA PARALÍTICA DE CAMPINAS
Campinas – SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **CASA DA CRIANÇA PARALÍTICA DE CAMPINAS** (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CASA DA CRIANÇA PARALÍTICA DE CAMPINAS**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e a ITG 2002(R1), aprovada pela Resolução n.º 1.409/2012 e alterada em 21 de agosto de 2015.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

OUTROS ASSUNTOS

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas e o relatório de auditoria, datado de 27 de março de 2025, foi emitido sem ressalva.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo e apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas/SP, 09 de abril de 2026.



Evolução Auditores Independentes S.S Ilimitada.

CVM nº 12.602

CRC 2SP027695/O-7

Jefferson de Paula Fernandes Barbosa

Sócio

CRC 1SP211839/O-6

QUADRO 1

CASA DA CRIANÇA PARALÍTICA DE CAMPINAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em reais)

ATIVO	nota	2025	2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	nota	2025	2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.434.004	2.809.036	Fornecedores	10	96.601	69.743
Contas a receber	5	2.633.605	1.032.337	Obrigações sociais e trabalhistas	11	704.401	643.043
Estoques	-	-	17.702	Empréstimos	12	78.092	-
Demais contas a receber	6	12.937	8.169	Obrigações tributárias	13	41.456	4.193
Total do ativo circulante		5.080.546	3.867.244	Recursos de projetos a realizar	14	3.361.844	2.010.647
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante			
Depósito judicial	7	316.651	316.651			4.282.394	2.727.626
Imobilizado de projetos	8	2.846.770	2.955.473	NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	9	10.425.678	10.962.865	Provisão para contingências	15	316.651	316.651
Total do ativo não circulante		13.589.099	14.234.989	Imobilizado de projetos	8	2.846.770	2.955.473
TOTAL DO ATIVO				Total do passivo não circulante			
		18.669.645	18.102.233			3.163.421	3.272.124
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Patrimônio social		2.755.027	3.451.064
				Ajuste de avaliação patrimonial		9.347.456	9.524.796
				Déficit líquido do exercício		(878.653)	(873.377)
				Total do patrimônio líquido		11.223.830	12.102.483
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
						18.669.645	18.102.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2**CASA DA CRIANÇA PARALÍTICA DE CAMPINAS****DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)**

	<u>nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		7.776.653	6.171.944
Com restrição			
Atividades de assistência social		1.341.566	432.052
Atividades de saúde		1.038.022	1.061.106
Atividades de educação		562.727	428.922
	16	2.942.315	1.922.080
Sem restrição			
Doações voluntárias		1.576.715	1.524.875
Promoções e eventos		1.526.020	1.124.182
Cota patronal		1.086.708	978.717
Outros recursos auferidos		644.895	622.090
	17	4.834.338	4.249.864
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Atividades			
Assistência social		(731.868)	(635.336)
Saúde		(6.330.254)	(5.020.815)
Educação		(1.679.359)	(1.557.956)
	18	(8.741.481)	(7.214.107)
DÉFICIT OPERACIONAL		(964.828)	(1.042.163)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	19	229.244	227.392
Despesas financeiras	20	(143.069)	(58.606)
		86.175	168.786
DÉFICIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(878.653)	(873.377)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

CASA DA CRIANÇA PARALÍTICA DE CAMPINAS

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
DÉFICIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(878.653)	(873.377)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO	<u>(878.653)</u>	<u>(873.377)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4**CASA DA CRIANÇA PARALÍTICA DE CAMPINAS****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Déficit do exercício	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	3.502.813	9.738.659	(295.111)	12.946.361
Déficit do exercício	-	-	(873.377)	(873.377)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	213.863	(213.863)	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	29.499	-	-	29.499
Incorporação do déficit	(295.111)	-	295.111	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	3.451.064	9.524.796	(873.377)	12.102.483
Déficit do exercício	-	-	(878.653)	(878.653)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	177.340	(177.340)	-	-
Incorporação do déficit	(873.377)	-	873.377	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	2.755.027	9.347.456	(878.653)	11.223.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5**CASA DA CRIANÇA PARALÍTICA DE CAMPINAS****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit líquido do exercício	(878.653)	(873.377)
Ajustes para reconciliar o Déficit líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações	600.767	390.688
Depreciações de imobilizado adquirido com recursos de terceiros	-	65.369
Ajustes de exercícios anteriores	-	29.499
	<u>(277.886)</u>	<u>(387.821)</u>
(Aumento) diminuição dos ativos:		
Contas a receber	(1.601.268)	1.338.116
Demais contas a receber	(4.768)	73.782
Estoques	17.702	-
	<u>(1.588.334)</u>	<u>1.411.898</u>
Aumento (diminuição) dos passivos:		
Fornecedores	26.858	(93.970)
Obrigações sociais e trabalhistas	61.358	(105.308)
Obrigações tributárias	37.263	(33.622)
Recursos de projetos a realizar	1.351.197	(1.441.707)
	<u>1.476.676</u>	<u>(1.674.607)</u>
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(389.544)</u>	<u>(650.530)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Imobilizado próprio	(63.580)	(161.250)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(63.580)</u>	<u>(161.250)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimos e financiamentos	78.092	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	<u>78.092</u>	<u>-</u>
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS E INVESTIMENTOS	<u><u>(375.032)</u></u>	<u><u>(811.780)</u></u>
A VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA É ASSIM DEMONSTRADA:		
No início do período	2.809.036	3.620.816
No fim do período	<u>2.434.004</u>	<u>2.809.036</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><u>(375.032)</u></u>	<u><u>(811.780)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Casa da Criança Parálitica de Campinas é uma entidade filantrópica, cuja finalidade é o atendimento de crianças portadoras de deficiência física.

Sob a orientação de um diretor clínico, a Casa da Criança presta serviços médicos de fisioterapia, de neurologia, de ortopedia - clínica e cirúrgica, de odontologia - ortodontia e clínica geral, de serviço social, de psicologia, de fisioterapia, de fonoaudiologia e de terapia ocupacional.

De acordo com seu estatuto, a Casa da Criança obriga-se a aplicar suas receitas única e exclusivamente na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais. Ainda de acordo com seu estatuto associativo, os membros de sua diretoria e de seu conselho fiscal não recebem nenhuma espécie de remuneração.

A prestação de serviços ao seu público-alvo é totalmente gratuita, vedada qualquer discriminação de usuário. Além do atendimento clínico, a Casa da Criança mantém atividade de estimulação e apoio pedagógico. Adicionalmente são prestados serviços de estimulação no setor de informática.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), juntamente com a ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução nº 1.409 de 27 de setembro de 2012, e alterada em 21 de agosto de 2015, e pela Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 relativa às entidades sem fins lucrativos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

b) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Entidade.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A moeda funcional e de apresentação da Entidade é o real (R\$).

3.2. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Entidade. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem, quando aplicável: i) a determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; ii) a estimativa de perda de créditos de liquidação duvidosa, quando necessário; iii) a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

Para as provisões para contingências, a Entidade utilizou os critérios definidos no pronunciamento técnico contábil – CPC 25, que trata de provisões e passivos contingentes.

3.3. RESULTADO

O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência do exercício.

3.4. ATIVOS CIRCULANTES

a. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa, aplicações financeiras e saldos em conta corrente (bancos), registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos até as datas dos balanços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização.

b. Contas a receber

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

3.5. ATIVOS NÃO CIRCULANTES

a. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas taxas que levam em consideração a vida útil dos bens e está mencionado na nota explicativa nº 7.

3.6. AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

O § 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, modificado pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, determina que a Entidade deva efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para a recuperação desse valor (*impairment*) e revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Neste exercício, não foram identificados eventos que pudessem alterar as projeções iniciais quanto à expectativa de recuperação dos imobilizados e intangíveis nas operações, portanto nenhuma provisão para a perda foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

3.6. DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os demais ativos são registrados pelos seus valores de aquisição e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável.

3.7. PASSIVOS CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável.

3.8. DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, modificados, pelo resultado auferido no exercício social.

3.10. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixas, emitido pelo CPC.

As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes:

- **Atividades operacionais:** são as principais atividades geradoras de receita da Entidade e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.
- **Atividades de investimentos:** são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos em atividade operacional e de financiamento.
- **Atividades de financiamentos:** são as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pela Entidade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa	29.985	9.092
Bancos		
Recursos livres	70.687	38.931
Recursos vinculados a projetos	42.834	-
	<u>113.521</u>	<u>38.931</u>
Aplicações financeiras		
Recursos livres	1.557.716	1.770.608
Recursos vinculados a projetos	732.782	990.405
	<u>2.290.498</u>	<u>2.761.013</u>
	<u>2.434.004</u>	<u>2.809.036</u>

Caixa e equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de noventa dias ou menos, constituídos de títulos de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos balanços apresentados e não superam o valor de mercado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Valores expressos em reais)

No quadro abaixo apresentam-se um resumo dos recursos livres e recursos vinculados a projetos.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Recursos livres	1.658.388	1.818.631
Recursos vinculados a projetos	<u>775.616</u>	<u>990.405</u>
	<u>2.434.004</u>	<u>2.809.036</u>

5. CONTAS A RECEBER

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Recursos públicos a receber			
SUS - Governo Federal	(a)	1.368.081	712.481
SUS - Governo Municipal	(a)	362.578	74.953
FMDCA - Termo de Fomento	(b)	245.948	-
MPT	(c)	140.000	-
FMAS - Termo de Colaboração		111.220	43.406
Verbas Parlamentares		100.000	-
SME - Secretaria da Educação Municipal		<u>48.087</u>	<u>39.089</u>
		<u>2.375.914</u>	<u>869.929</u>
Recursos de terceiros a receber			
FEAC	(d)	150.314	150.314
Projeto ABMTHS		60.000	-
Vendas no cartão		<u>47.377</u>	<u>12.094</u>
		<u>257.691</u>	<u>162.408</u>
		<u>2.633.605</u>	<u>1.032.337</u>

- (a) Refere-se aos convênios firmados de competência do SUS Federal e SUS Municipal que irão gerar recebimentos mensais no valor de R\$ 82.395.
- (b) Refere-se ao saldo a receber da Secretaria Municipal de Educação que proporcionarão recebimentos mensais de R\$ 35.136
- (c) O saldo refere-se a duas parcelas de R\$ 70.000 que tem previsão de recebimento em 2026.
- (d) O saldo refere-se a duas parcelas no valor de R\$ 75.157 que tem previsão de recebimento em 2026

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Valores expressos em reais)

6. DEMAIS CONTAS A RECEBER

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Seguros a apropriar	10.595	8.169
Adiantamentos de férias	<u>2.342</u>	<u>-</u>
	<u>12.937</u>	<u>8.169</u>

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Pis sobre folha de pagamento		
Valor principal	136.035	136.035
Atualização monetária	<u>180.616</u>	<u>180.616</u>
	<u>316.651</u>	<u>316.651</u>

Os depósitos judiciais são compostos pela ação referente à inconstitucionalidade da cobrança do PIS sobre folha de pagamento. Conforme nota explicativa n.º 15, o referido pleito trata-se de um ativo contingente, por isso a Entidade reconheceu a respectiva provisão para contingência.

8. IMOBILIZADO DE PROJETOS

Referem-se aos ativos fixos adquiridos com recursos financeiros vinculados aos projetos para atender os planos de trabalhos estabelecidos pelos convênios, e após a finalização do projeto tais ativos podem ser convertidos para a entidade, conforme definido nas cláusulas dos convênios.

A Entidade reconhece nas suas demonstrações financeiras tais ativos, e também sua responsabilidade de os controlar até que os órgãos financiados autorizem as doações ou outra destinação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Valores expressos em reais)

9. IMOBILIZADO

Descrição	Taxa anual de	Custo	Depreciação acumulada	Líquido		
	depreciação em %			2025	2024	
Custos histórico						
Terrenos	-	673.613	-	673.613	673.613	
Edificações e instalações	4%	946.960	(860.683)	86.277	612.286	
Móveis e utensílios	10%	511.174	(462.950)	48.224	40.759	
Máquinas e equipamentos	10%	334.949	(203.360)	131.589	77.385	
Veículos	20%	217.096	(115.062)	102.034	54.810	
Equipamentos de informática	25%	247.244	(210.759)	36.485	(20.784)	
Ajuste de avaliação patrimonial						
Terrenos	-	6.426.387	-	6.426.387	6.426.387	
Edificações e instalações	4%	5.346.573	(2.425.504)	2.921.069	3.098.409	
		14.703.996	(4.278.318)	10.425.678	10.962.865	
				2024	2025	
		Inicial	Adições	Baixas	Ajustes	Final
Custos histórico						
Terrenos		673.613	-	-	-	673.613
Edificações e instalações		946.960	-	-	-	946.960
Móveis e utensílios		508.471	2.703	-	-	511.174
Máquinas e equipamentos		333.450	1.499	-	-	334.949
Veículos		217.096	-	-	-	217.096
Equipamentos de informática		187.866	59.378	-	-	247.244
Ajuste de avaliação patrimonial						
Terrenos		6.426.387	-	-	-	6.426.387
Edificações e instalações		5.346.573	-	-	-	5.346.573
		14.640.416	63.580	-	-	14.703.996
Depreciação do custo						
Edificações e instalações		(334.674)	(214.826)	-	(311.183)	(860.683)
Móveis e utensílios		(467.712)	(50.847)	-	55.609	(462.950)
Máquinas e equipamentos		(256.065)	(33.978)	-	86.683	(203.360)
Veículos		(162.286)	(18.515)	-	65.739	(115.062)
Equipamentos de informática		(208.650)	(38.462)	-	36.353	(210.759)
Depreciação do ajuste de avaliação						
Edificações e instalações		(2.248.164)	(213.863)	-	36.523	(2.425.504)
		(3.677.551)	(570.491)	-	(30.276)	(4.278.318)
		10.962.865	(506.911)	-	(30.276)	10.425.678

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

10. FORNECEDORES

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores	82.250	61.320
Cartão corporativo	6.032	6.868
Seguros a pagar	8.319	1.555
	<u>96.601</u>	<u>69.743</u>

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Férias a pagar	401.534	348.888
Salários a pagar	201.706	195.560
Indenizações a pagar	40.158	-
FGTS a pagar	35.554	34.189
INSS a pagar	25.449	64.406
	<u>704.401</u>	<u>643.043</u>

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se ao saldo negativo da conta corrente mantida no Banco Santander.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2025	2024
IRRF sobre folha de pagamento	37.005	-
ISS a recolher	3.804	4.102
Demais tributos a recolher	647	91
	41.456	4.193

14. RECURSOS DE PROJETOS A REALIZAR

A entidade possui convênios firmados com restrições para uso de tais recursos, sendo necessário apresentar a prestação de contas de cada um dos convênios.

A entidade está registrando a receita proveniente destes convênios conforme determina a Resolução nº 1.409 de 27 de setembro de 2012.

No quadro abaixo apresenta-se a movimentação dos projetos durante o ano de 2025.

	Saúde - SUS	Educação	Assistência Social	Verba Parlamentar	MPT	Tauste	FEAC	REDI	ABMTHS	Cargil	Total
Saldo inicial - valor a executar	1.034.489	86.089	45.296	491.767	-	4.124	272.851	43.270	-	32.761	2.010.647
Recursos pactuados	1.851.928	555.173	1.061.398	441.596	350.000	139.969	150.313	2.467	75.000	-	4.627.844
Receitas financeira	14.746	14.235	11.964	41.643	1.030	785	5.458	20.632	-	1.267	111.760
Despesas incorridas	(1.014.224)	(562.727)	(602.339)	(303.415)	(23.798)	(137.871)	(209.510)	(54.631)	(10.000)	(23.800)	(2.942.315)
Aquisição de ativos fixos	-	-	-	-	(149.400)	(7.007)	-	-	-	(8.932)	(165.339)
Devoluções de recursos	(61.563)	(723)	(9.616)	(208.851)	-	-	-	-	-	-	(280.753)
Saldo final - valor a executar	1.825.376	92.047	506.703	462.740	177.832	-	219.112	11.738	65.000	1.296	3.361.844
Passivo circulante	1.825.376	92.047	506.703	462.740	177.832	-	219.112	11.738	65.000	1.296	3.361.844
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.825.376	92.047	506.703	462.740	177.832	-	219.112	11.738	65.000	1.296	3.361.844

No quadro a seguir apresenta-se a reconciliação da obrigação líquida de execução dos projetos com a posição financeira dos recursos vinculados aos projetos.

	Saúde - SUS	Educação	Assistência Social	Verba Parlamentar	MPT	Tauste	FEAC	REDI	ABMTHS	Cargil	Total
Recursos a receber	1.730.659	48.087	357.168	100.000	140.000	-	150.314	-	60.000	-	2.586.228
Recursos em conta corrente	2	-	-	-	37.832	-	-	-	5.000	-	42.834
Recursos em aplicações financeiras	94.715	43.960	149.535	362.740	-	-	68.798	11.738	-	1.296	732.782
Despesas que não afetaram o caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos recursos vinculados a projetos	1.825.376	92.047	506.703	462.740	177.832	-	219.112	11.738	65.000	1.296	3.361.844

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Processo tributário - não circulante	316.651	316.651
	<u>316.651</u>	<u>316.651</u>

A Entidade é parte em processos judiciais oriundo do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias e trabalhistas.

Processo tributária

Refere-se ao mandado de segurança impetrado com a finalidade de se obter o reconhecimento da imunidade tributária da Entidade para afastar a exigência do PIS sobre folha de pagamento.

Em 29 de julho de 2020, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região prolatou decisão desfavorável a entidade ao não conhecer do agravo interno contra decisão que inadmitiu o Recurso Especial e Extraordinário. Em 24 de setembro de 2020, houve o trânsito em julgado da decisão supracitada, fato que levou os consultores jurídico a avaliar o risco de perda para provável, e como consequência, o reconhecimento da referida provisão para contingência.

Conforme nota explicativa nº 6, a Entidade possui depósitos judiciais relacionados ao referido processo tributário.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

16. RECEITA COM RESTRIÇÃO

As receitas da entidade estão segregadas conforme abaixo, em atendimento aos requisitos da ITG 2002 (R1).

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Atividades de Assistência Social		
FMDCA	323.796	2.730
Convênio SMCTAIS/ Co-Financiamento	302.340	196.018
FEAC	209.510	47.936
MPT	28.668	-
Demais projetos	501.050	188.098
	<u>1.365.364</u>	<u>434.782</u>
Atividades de Saúde		
Convênio SUS Municipal e Federal	1.014.224	1.058.376
	<u>1.014.224</u>	<u>1.058.376</u>
Atividades de Educação		
Convênio com a Secretaria Municipal	562.727	428.922
	<u>562.727</u>	<u>428.922</u>
	<u>2.942.315</u>	<u>1.922.080</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Valores expressos em reais)

17. RECEITA SEM RESTRIÇÃO

As receitas da entidade estão segregadas conforme abaixo, em atendimento aos requisitos da ITG 2002 (R1).

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Doações e contribuições	1.626.715	1.524.932
Promoções e eventos	1.526.020	1.124.182
Cota patronal	1.086.708	978.717
Nota Fiscal Paulista	242.788	280.916
Trabalho voluntário	230.650	217.595
Doações pena judicial	82.273	11.168
Receitas diversas	34.184	20.874
Aluguel e locação	5.000	21.480
Venda de Ativo	-	70.000
	<u>4.834.338</u>	<u>4.249.864</u>

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Remuneração de funcionários	(4.010.709)	(3.471.960)
Encargos sociais	(622.195)	(429.082)
Benefícios a empregados	(187.970)	(157.231)
Materiais e suprimentos	(719.374)	(619.866)
Serviços de terceiros	(464.011)	(273.312)
Serviços de voluntario	(230.673)	(217.616)
Manutenção e reparos	(405.236)	(214.467)
Despesas administrativas	(396.074)	(404.416)
Depreciação	(600.827)	(427.157)
Cota patronal	(1.086.752)	(978.815)
Impostos e taxas	(17.660)	(20.185)
	<u>(8.741.481)</u>	<u>(7.214.107)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

19. RECEITAS FINANCEIRAS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Rendimentos de recursos livres	226.842	226.908
Descontos obtidos	<u>2.402</u>	<u>484</u>
	<u>229.244</u>	<u>227.392</u>

20. DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Tarifas bancárias	(71.400)	(50.182)
Juros e multa	<u>(71.669)</u>	<u>(8.424)</u>
	<u>(143.069)</u>	<u>(58.606)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Valores expressos em reais)

21. INDICADORES DE DESEMPENHO

21.1 PARTICIPAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS E PRIVADOS NO FINANCIAMENTOS DOS CUSTOS E DESPESAS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Total de custos e despesas operacionais	8.884.550	7.272.713
Custos e despesas que não afetam o caixa		
Cota patronal	(1.086.752)	(978.815)
Depreciação	(600.827)	(427.157)
Trabalho voluntário	(230.673)	(217.616)
Total de custos e despesas operacionais, líquidas	6.966.298	5.649.125
Receitas auferidas com restrições - Recursos Públicos	2.942.315	1.922.080
(%) do financiamento dos custos e despesas operacionais		
Recursos Próprios	58%	66%
Recursos Públicos	42%	34%
	100%	100%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Valores expressos em reais)

21.2 DURAÇÃO MÉDIA DOS CAIXA EM DIAS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Total de custos e despesas operacionais	8.741.481	7.214.107
Custos e despesas que não afetam o caixa		
Cota patronal	(1.086.752)	(978.815)
Depreciação	(600.827)	(427.157)
Trabalho voluntário	(230.673)	(217.616)
Total de custos e despesas operacionais, líquidas	6.823.229	5.590.519
Total de custos e despesas operacionais, líquidas - média mensal	568.602	465.877
Saldo de caixa - recursos livres	1.658.388	1.818.631
Duração média do caixa - em dias	87	117

22. APLICAÇÕES DE RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

23. DIRIGENTES E CONSELHEIROS

Os diretores e conselheiros não recebem remuneração, vantagens ou benefícios de qualquer forma ou título como retribuição aos serviços prestados.

24. GRATUIDADE

Os atendimentos realizados pela Casa da Criança Parálitica de Campinas são totalmente gratuitos, e, conforme requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009 que dispõe sobre a Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS).

A entidade mantém, de forma contínua e regular, a escrituração contábil de suas receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

A Entidade está em processo de renovação do seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS.

O último certificado foi emitido com o nº 235874.0614213/2023, cuja validade por meio da Portaria Nº 50, de 2 de junho de 2025 de 01/01/2024 até 31/12/2026.

25. ISENÇÃO DA COTA PATRONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Entidade mantém serviços e ações socioassistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada em conformidade com o art. 18 da Lei nº 12.101/2009, que permite a Certificação como Entidade Beneficente de Assistência Social.

26. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2025, para atender as medidas preventivas, adotadas permanentemente, a entidade mantém seguro de seus veículos, os quais a administração julga serem suficientes para a cobertura de eventuais sinistros que possam ocorrer.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As transações financeiras efetuadas pela Entidade em 2025 são pertinentes às suas atividades econômicas e estão relacionadas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar com vencimento de curto prazo. Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço patrimonial próximos aos valores de mercado.

A Entidade não possui e, também não efetuou, operações com derivativos financeiros nem com outros ativos financeiros de risco nos exercícios de 2025 e 2024.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até o encerramento das demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes que refletiram ajustes ou que deva ser mencionado em notas explicativas.

29. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 09 de abril de 2026.

* * *